



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

8ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa

20 de setembro de 2017

Ata da Nonagésima Quinta Sessão Ordinária

Às nove horas do dia vinte do mês de setembro, do ano de dois mil e dezessete, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Mauro Carlesse, secretariado pelos Senhores Deputados Cleiton Cardoso, Primeiro-Secretário e Nilton Franco, Segundo-Secretário. “Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense”, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Alan Barbiero, Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Eduardo Siqueira Campos, Elenil da Penha, Eli Borges, José Augusto, José Bonifácio, Júnior Evangelista, Mauro Carlesse, Nilton Franco, Osires Damaso, Paulo Mourão, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Wanderlei Barbosa, Zé Roberto e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Luana Ribeiro e Valderéz Castelo Branco. Encontram-se



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

licenciados os Senhores Deputados Rocha Miranda e Ricardo Ayres. Estavam ausentes os Senhores Deputados Jorge Frederico e Olyntho Neto. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu as Atas das Sessões anteriores à apreciação do Plenário, as quais foram aprovadas. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Mensagem número 83/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando o Projeto de Lei número 35/2017, que “autoriza o Poder Executivo a doar lotes de terrenos urbanos às famílias cadastradas junto à Companhia Imobiliária do Estado do Tocantins – TerraPalmas, nos termos que especifica, e adota outra providência”; Despacho de autoria do Senhor Presidente Mauro Carlesse, indicando, para as vagas na Comissão Especial de Acompanhamento de Investimentos Privados, os seguintes Deputados: PMDB – Titular: Rocha Miranda e Suplente: Nilton Franco; PT/PP e SD (minoria) – Titular: Wanderlei Barbosa e Suplente: Zé Roberto; PSC/PSDB/PSL – Titular: Olyntho Neto e Suplente: Osires Damaso; PPS/PSB/PROS/PHS – Titular: Eduardo do Dertins e Suplente: Eli Borges; DEM/PDT/PR/PSD – Titular: Toinho Andrade e Suplente: Luana Ribeiro; Ofícios oriundos da Secretaria-Geral de Governo, em resposta a Requerimentos de autoria dos Senhores Deputados Cleiton



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Cardoso, Luana Ribeiro, Paulo Mourão e Valdemar Júnior; Ofício oriundo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Regularização Fundiária e Serviços Regionais – Palmas-TO, informando e convidando esta Casa de Leis a participar da 3ª Audiência Pública de Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Palmas, a se realizar no dia trinta de setembro de 2017, a partir das oito horas; Ofícios oriundos da Secretaria da Saúde, informando celebração de convênios e termo de cooperação com diversas Prefeituras e Instituições do Estado do Tocantins; Ofício oriundo da Caixa Econômica Federal, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulo Mourão; e Ofício oriundo da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, em resposta a Requerimento de autoria da Senhora Deputada Solange Duailibe. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Projetos de Lei que receberam os números 166/2017 e 171/2017, de autoria do Senhor Deputado Paulo Mourão; 167/2017, de autoria do Senhor Deputado Mauro Carlesse; 168/2017, de autoria do Senhor Deputado Elenil da Penha; 169/2017, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto; 170/2017, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro; 172/2017, de autoria do Senhor Deputado Alan Barbiero; e os Requerimentos que receberam os números 1.909 a 1.922. Logo após, foram aprovadas as urgências dos Projetos de Lei que



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

receberam os números 171/2017, de autoria do Senhor Deputado Paulo Mourão; 172/2017, de autoria do Senhor Deputado Alan Barbiero; e os Requerimentos que receberam os números 1.889, de autoria do Senhor Deputado Elenil da Penha; 1.886, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto; 1.879, 1.880 1.887, 1.888, de autoria do Senhor Deputado Paulo Mourão; e 1.885, de autoria do Senhor Deputado Zé Roberto. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à Ordem do Dia. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 34/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “dá nova redação ao inciso II do art. 2º da Lei número 1.173, de 2 de agosto de 2000, que autoriza a redução da base de cálculo do Imposto sobre operações Relativas à Circulação de Mercadoria e sobre Prestação de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de comunicação – ICMS, nas operações que especifica”, que deu origem ao Processo número 181/2017, o qual votado, foi aprovado com o voto de abstenção do Senhor Deputado Zé Roberto, e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 2/2017, de autoria da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Casa de Apoio Bom Samaritano”, que deu origem ao Processo 57/2017; 7/2017, de



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “declara de Utilidade Pública Estadual, a Sociedade Brasileira de Cardiologia Seção Tocantins – SBC/TO”, que deu origem ao Processo 9/2017; 112/2017, de autoria da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco, que “Concede Título de Cidadão Tocantinense ao Padre Remigio Corazza”, que deu origem ao Processo número 163/2017; 349/2017, de autoria do Senhor Deputado Elenil da Penha, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Moradores do Bico do Papagaio – Amobico”, que deu origem ao Processo número 362/2017; os quais votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei Complementar número 2/2017, de autoria da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, que “cria a Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Tocantins e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 159/2017, o qual votado, nominalmente, foi aprovado com dezoito votos sim, e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Foram, anunciados, em fase única de discussão e votação os Requerimentos números: 1.867, 646, 647, 716, 763, 625, 626, 627, 628, 629, 630, 631, 783, 784, 785, 786, 787, 788, 839, 840, 841, 854, 855, 856, 857, 542, 679, 692, 693, 781, 782, 941, 962, 963, 1.051, 1.081, 1.103, 691, 715, 830, 831, 866, 867, 868, 742,



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

743, 793, 794, 821, 822, 823, 833, 834, 835, 837, 838, 1844, 543, 545, 649, 650, 651, 796, 818, 865, 870, 933, 617, 39, 40, 41, 610, 611, 723, 724, 725, 790, 791, 792, 934, 607, 608, 621, 622, 696, 697, 698, 1.834 e 343, os quais votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às onze horas e cinquenta e cinco minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário